

Espiritismo e Política: o Compasso dos Espíritas com a Conjuntura dos Anos 1930-1940

Sinuê Neckel Miguel

Resumo

A identidade espírita flutuou de acordo com as mais diversas conjunturas e relações construídas principalmente no interior do campo religioso, mas também nos campos político e científico. Daí a necessidade de resgatar uma fase do movimento espírita brasileiro marcada pelo autoritarismo e nacionalismo que não deixou de fixar alguns elementos do *ethos* espírita e da estrutura institucional do Espiritismo. Para efetuar esse resgate abordo o entrecruzamento de representações acerca da política e da questão social produzidas pelos espíritas através da sua imprensa — basicamente *A Reencarnação* e *O Reformador* —, e de livros apropriados e reproduzidos — *A Grande Síntese e Brasil, Coração do Mundo Pátria do Evangelho*. Com isso veremos como um discurso de isenção política permitiu que espíritas pudessem, pelo contrário, se *posicionar* politicamente e ao mesmo tempo oficializar e sacralizar opiniões doutrinárias.

Palavras-chave: espiritismo; identidade; política; questão social.

Abstract

The spiritist identity floated in accordance with the most diverse conjunctures and relations constructed mainly in the interior of the religious field, but also in the scientific and politician fields. From there the necessity to rescue a phase of the brazilian spiritist movement marked by the authoritarianism and nationalism that did not leave to fix some elements of *ethos* spiritist and of the institutional structure of the Spiritism. To effect this rescue I boarding the crossing of representations concerning the politics and the social matter produced by the spiritists through its press – *A Reencarnação e O Reformador* -, and of appropriate and reproduced books – *A Grande Síntese e Brasil, Coração do Mundo Pátria do Evangelho*. With this we will see as an exemption speech politics allowed that spiritists they could, for the opposite, if *to locate* politically and to the same time to officialize and to consecrate doctrinal opinions.

Keywords: spiritism; identity; politics; social issue.

A identidade dos espíritas, como a de qualquer grupo social ou pessoa, forja-se de modo relacional, isto é, na demarcação das diferenças e similitudes frente ao outro. No que tange ao Espiritismo, a formação identitária vem se definindo por diversos embates e imbricações, redundando num contínuo e flutuante processo de leituras e releituras acerca do que é, do que foi, e do que deve ser *o espírita* e também o *Espiritismo*. E, se as lutas de outrora não jazem inertes e irrelevantes, já que um conflito pode plantar raízes profundas na organização institucional e no plano imaginário de qualquer movimento religioso, justifica-se plenamente o resgate de um determinado período da história do Espiritismo para alinharmos algumas considerações acerca dos traços atuais do movimento espírita.

Com isso, veremos neste artigo os elementos que facilitaram a fixação de um modelo institucional e identitário advindo do contexto autoritário, nacionalista e corporativista dos anos 1930-1940 que marcou poderosamente os rumos do Espiritismo no Brasil (e no mundo, com a transnacionalização do movimento). Leva-se em conta, nesta análise, a luta dos espíritas por uma estabilização organizacional repleta de dificuldades e disputas internas, e sob a pressão da concorrência católica fortalecida pelo Estado na Era Vargas. O fato mais relevante, porém, é que o ambiente turbulento da crise dos regimes liberal-democráticos e da II Guerra Mundial impactou tenazmente o perfil doutrinário dos espíritas e contribuiu para selecionar os vencedores no interior do movimento. A institucionalização reforçou-se, verticalizou-se e a identidade ganhou novas cores.

Examinemos então quais são as marcas deste Espiritismo das décadas de 1930-1940. Duas obras de grande relevo na literatura espírita conjugam-se para formar os códigos que dão forma ao nacionalismo¹ e ao autoritarismo elitista que impregnaram boa parte do imaginário espírita da época: *Brasil Coração do Mundo, Pátria do Evangelho* e *A Grande Síntese*. Na primeira obra, psicografada por Chico Xavier e atribuída ao espírito Humberto de Campos, fixa-se o sentimento nacional² no movimento espírita de tal forma que este passa a ver o Brasil como o grande arauto da nova era pela qual a humanidade encontraria o reflorescimento do evangelho. Deste modo, o povo brasileiro seria representado em toda a sua positividade, com os traços

¹ Bernardo Lewgoy já atentara para a concepção corporativista da sociedade, o apelo ao civismo e o patriotismo presentes no movimento espírita liderado pela FEB, ao menos até a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, afinando-se “com o processo de *nation-making* da época” (LEWGOY, 2004, p. 68-69).

² A pátria ou nação brasileira é frequentemente dignificada e elogiada tanto n’*A Reencarnação* quanto n’*O Reformador* (O Reformador, mai. 1938, p. 156; jan. 1945, p. 10; jun. 1945, p. 10; abr. 1948, p. 19).

necessários para conduzir a humanidade à felicidade, através da conduta cristã. A ideologia da harmonia entre as três raças, tão valorizada no Estado Novo, está presente também no movimento espírita: o brasileiro, misto de três raças, traria consigo um conjunto harmonioso de qualidades, tais como “o coração fraternal dos indígenas, a mansidão dos negros e o trabalho dos brancos” (SILVA, 2005, p. 110).

Lastreando-se nessa concepção, em diversas oportunidades ressalta-se esta missão do Brasil no mundo, como na notícia publicada na revista *A Reencarnação* que vemos a seguir, relatando-se a solidariedade promovida por ocasião de uma grande inundação que atingira o Rio Grande do Sul:

essa grande e sublime prova nacional, de solidariedade humana, tão bela e tão expressivamente cristã, em sua simplicidade e dedicação, não representa a consolidação de aprimorados sentimentos morais, que deverão guiar, a destinos seguros, a nacionalidade brasileira?! (*A Reencarnação*, mai. e jun. 1941, p. 1-2).

Já em *A Grande Síntese*, fica evidente a afinidade eletiva entre as concepções organicistas do Estado corporativista que sustentavam ideologicamente o Estado Novo varguista³ e a defesa de um Estado orgânico, explicitamente um “Estado corporativista colaboracionista” defendido por Pietro Ubaldi em *A Grande Síntese* (UBALDI, 1937, p. 394). O poder desse Estado é considerado a “central psíquica e volitiva de uma nação”, assim, “o Estado já não é mais um simples poder central dominador, mas é o cérebro do seu povo e *não pode deixar de ser senão a expressão de uma consciência nacional, de uma unidade espíritos baseada em uma unidade étnica*” (UBALDI, 1937, p. 394-395; grifos do autor).

A harmonia entre capital e trabalho é defendida nessa obra, colocando o Estado em função central no gerenciamento da economia:

No vosso mundo, não há acordo entre *capital* e *trabalho*. Esses dois extremos do campo económico deveriam dar-se as mãos, como irmãos. [...] Os dois polos, capital e trabalho, como todos os contrários, são complementares, são feitos para completar-se, porque nenhum se rege por si mesmo. [...] Só na compreensão entre as duas forças se podem praticamente combinar os movimentos da balança económica. (UBALDI, 1937, p. 375-376).

Argumenta-se contra o mau uso das riquezas: “É ilógico e danoso esse canalizar-se da riqueza para a riqueza em vez de canalizar-se para a pobreza; essa ânsia

³ Angela Maria de Castro Gomes explica o projeto de democracia autoritária defendido pelo Estado Novo, nos seu molde corporativista: “é dentro do corporativismo que o ideal de justiça se pode materializar, e é pela mesma razão que nossa democracia não é política, mas social. Este é o legado do Estado Novo: um projeto democrático que se concebe como autoritário. Ele necessita de um Estado forte e prescinde de participação política. Sua fórmula de resolução da questão social é capaz de integrar o povo à política, afastando a ameaça anarquizante de pressões sociais que podem deixar fora de controle estes novos participantes do desenvolvimento sócio-econômico do país” (OLIVEIRA, 1982, p. 143).

levada ao ponto de agigantar desproporções que são a causa de desequilíbrios sociais e morais, essa tendência à concentração, quando o remédio está na descentralização” (UBALDI, 1937, p. 375). Entretanto, critica-se o comunismo pelo seu objetivo de nivelamento econômico, desconstruindo o ideal igualitarista. Vale a pena trazer o cerne dessa argumentação contida no capítulo “A distribuição da riqueza”:

Os princípios da vida são mais sábios do que os vossos sistemas mecânicos de nivelamento social e obtêm o equilíbrio através da desigualdade, porque visam, não o igualamento num tipo único, mas diferenciação, para depois reorganizar os especializados em organismos colectivos. A diferença de posições sociais mais não é do que divisão de trabalho por diferentes capacidades; e tanto mais acentuada é a diferença – e, portanto, mais divergentes as posições – quanto mais evoluído e complexo é o organismo social. Numa colectividade adiantada, cada indivíduo e cada classe permanece tranquilamente no seu posto, sem coacções, como as células e órgãos num corpo animal. Os irrequietismos são característicos das sociedades inferiores, em formação. (UBALDI, 1937, p. 376-377).

A defesa da harmonização do capital com o trabalho vem acompanhada da condenação à luta de classes, fazendo-se referência óbvia à URSS nascida com a Revolução Bolchevique de 1917. É o que vemos a seguir:

Um dos grandes erros do século foi o de ver e pôr em evidência o lado involvido [sic] da sociedade humana; foi a incompreensão entre capital e trabalho; foi a luta de classes. Tudo isto exprimia, no campo económico, a universal visão materialista então operante. Não só é dever do Estado não ser expressão dessa luta, como dominar todas as actividades económicas; ser o organismo ético que absorva todas essas actividades, dando-lhes um fundo moral e social, elevando-as a função. (UBALDI, 1937, p. 403).

O argumento segue afirmando que nessa luta há um desperdício de forças, contrariando a lei do mínimo esforço, estando destinada, portanto, pela lei da evolução, a cair. E arremata:

A luta de classes pode ser considerada como uma enfermidade social do período involvido [sic], como facto patológico vencido. O sonho de demolir o capital para realizar o advento de um proletariado supremamente inapto, em sua inconsciência, para qualquer função directora, significa secar as fontes da riqueza de todos. Sobrepujamento e violência, a exploração da ignorância popular por egoísmos políticos, a greve e o “lok-out”, não resolvem o problema da produção e da riqueza. Tudo isso é filosofia económica da decadência, mecanismo de destruição. (UBALDI, 1937, p. 403).

Com esse discurso anticomunista e elitista, defende a seguir o instinto de propriedade como sendo “criado para a própria defesa pelos vencedores na luta económica, agredido pelos vencidos”. O autor entende que esse instinto sempre permanecerá, “não obstante todas as tentativas de demolição, pois que corresponde à necessidade fundamental de defesa de uma posição que *todos*, embora alternativamente, acabam por ocupar” (UBALDI, 1937, p. 404). Isto é, utilizando-se da lógica

da reencarnação, naturaliza-se a desigualdade social e absolutiza-se a necessidade de haver capitalistas, os proprietários dos meios de produção, e o proletariado expropriado desses meios, tornando essa divisão justa, pois que todos ocupariam em alguma encarnação esta posição.

Tudo se encaminha ainda para a legitimação do *chefe* no Estado orgânico corporativista, tendo a classe dirigente a função de educar o povo para elevá-lo, semelhantemente à tradição iluminista:

Às revoluções destrutivas sucede uma revolução construtiva, que enquadra todas as forças e delas faz uma unidade. Às revoluções que partem de baixo, para demolir, sucede uma revolução vinda do alto, para construir: descida das aristocracias do pensamento para levantar os humildes; ascensão dos humildes à compreensão. A função das classes não é a de esmagarem-se mas a de compartilharem dos frutos da mesma civilização, encaminhando-se para a compreensão recíproca. A função de uma classe dirigente não é a de dominar, mas a de educar a plebe tumultuosa – velho instrumento de vinganças, joguete nas mãos de espertalhões, muitas vezes vítima das repressões, sempre massa ignara, amorfa e cega – para transformá-la em povo que ascenda para mais elevada consciência colectiva. (UBALDI, 1937, p. 404).

Com uma forte crítica ao sistema representativo,⁴ coloca-se o chefe como um “escolhido por selecção biológica, [...] superando as convenções sociais” (UBALDI, 1937, 405). Por fim, importa mostrar como as metáforas organicistas são constantes no discurso de *A Grande Síntese* dando um efeito transcendental às relações de poder defendidas na obra:

O Estado é o organismo do qual ele é o cérebro e os cidadãos inumeráveis células, investidos, também eles, de missões menores, numa coordenação harmónica de funções convergentes para o alto. Da periferia ao centro, dos membros ao cérebro, ao coração, haverá uma contínua, solidária corrente de permutas, uma descida de pensamentos, de força, de consciência, de ajuda, uma ascensão de contribuições vitais, para se reencontrarem no centro e descer fecundas. (UBALDI, 1937, p. 408).

⁴ A seguir o argumento antidemocracia representativa, de carácter evolucionista: “É um absurdo pretender que o poder deva ser escolhido de baixo, seja definido pelos níveis biologicamente menos evoluídos. O sistema representativo é um método para a procura do melhor. Mas as massas podem aceitar e suportar o super-homem; nunca, entretanto, compreendê-lo por antecipação. É a evolução que lança para a frente aquele que tem de se antecipar, a fim de que arraste e plasme os outros, não evoluídos, que não sabem receber e obedecer. O conceito tradicional é então invertido, pois a escolha não se faz pelo número medíocre, mas pelo Alto, pelas forças da vida. O número é quantidade, incompetente, portanto, para decidir da qualidade. Se a sua missão é educar, o Chefe deverá ser um senhor espiritual, que do alto, de sua fase superior, desça e dê; não um medíocre que suba e peça. Confio nessa legalidade mais profunda do que a humana. No meu conceito, a base do direito está na capacidade” (UBALDI, 1937, p. 407). Tal concepção de legalidade torna-se fator de fortíssima legitimação aos “regimes de exceção”, tal como foi o Estado Novo instaurado por um golpe vindo “de cima”, destruindo a democracia representativa.

O arremate do capítulo “O Chefe” dá um resumo da perspectiva evolucionista dos tipos de Estado que se produziram ao longo da história da humanidade⁵, destacando por fim a relação do chefe com o povo: “o chefe olha; o seu povo é o seu corpo; sua é aquela alma; seus aqueles sofrimentos, aquelas esperanças, aquelas vitórias. Chefe e povo: unidade indissolúvel” (UBALDI, 1937, p. 409).

A obra de Ubaldi teve excelente acolhida no movimento espírita brasileiro, e aí podemos incluir o movimento espírita gaúcho se tomarmos como indício os posicionamentos da FERGS através d’*A Reencarnação*.⁶ É de se destacar o fato de que a obra de Ubaldi é apresentada juntamente com a de Chico Xavier, *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*, nas páginas d’*A Reencarnação*, com uma avaliação extremamente elogiosa de ambos os livros (*A Reencarnação*, set. 1938, p. 4). As duas obras, publicadas pela FEB, interligam-se na sustentação de um imaginário funcional para legitimá-la (a FEB) perante o movimento espírita e perante o Estado. Diversos capítulos e passagens de ambas as obras serão com grande freqüência reproduzidos tanto n’*A Reencarnação* quanto n’*O Reformador*,⁷ inclusive apresentando-as uma após a outra, o que se justifica pelos seus diversos pontos de contato (LEWGOY, 2004, p. 120).

Interessantíssimo é o momento em que se responde à crítica feita à obra *A Grande Síntese* por um articulista do jornal *Folha da Manhã*, de São Paulo, através d’*O Reformador*, em setembro de 1944. O articulista espírita Plínio Antônio Branco é quem se opõe a essa crítica que retratava o trabalho de Ubaldi como sendo de cunho fascista. Começa argumentando que a obra “não granjeou admiração” justamente nos países dominados pelas doutrinas fascistas (Itália, Alemanha e outros países satélites do totalitarismo), sendo que a Igreja Católica a colocara no seu “índice” de obras perniciosas, “enquanto nenhum embargo opunha ao manancial abundante de livros fascistas e nazistas que fluíam de tais países” (*O Reformador*, set. 1944, p. 22). E “aqui no Brasil, entretanto, país de índole profundamente democrática, era a obra mediúnica

⁵ “Do conceito de estado-rei ao de estado-classe social, ao de estado-povo; do de poder absoluto ao de poder representativo, a ode poder-função, à medida que a consciência colectiva ascende e se dilata, o poder desce e se descentraliza. É a ascensão do espírito que progressivamente purifica de suas escórias o princípio. Nos equilíbrios biológicos, a medida do comando é dada pelo grau de consciência alcançado. Os povos têm necessidade mais de mestres do que de liberdade, mais de guia do que de comando, enquanto não se acharem maduros. [...] O mundo está em marcha. A realidade biológica impõe: ou evolução ou morte” (UBALDI, 1937, p. 409).

⁶ Acrescenta-se ainda o *Jornal Espírita* de Porto Alegre que reproduziu a tradução da FEB da obra de Ubaldi que ia sendo publicada capítulo a capítulo n’*O Reformador* (*O Reformador*, jul. 1938, p. 218).

⁷ Sumariamente, podemos citar: *A grande síntese* (*O Reformador*, ago. set. nov. e dez. 1937, jan. fev. mar. abr. mai. jul. 1938; *A Reencarnação*, jan. 1937) *Brasil coração do mundo pátria do evangelho* (*O Reformador*, nov. e dez. 1937, jan. fev. mar. abr. mai. jun. jul. 1938; nov. 1945).

do Prof. Pietro Ubaldi recebida com o maior interesse e respeito” (O Reformador, set.1944, p. 22). De início, portanto, vê-se logo uma caracterização do Brasil como “país de índole profundamente democrática”, deixando implícita a caracterização do Estado Novo nesse molde, bem de acordo com o momento internacional pelo qual passava o Brasil no seu alinhamento com os Aliados representantes da democracia contra o totalitarismo do Eixo. Todo o texto de Plínio Branco segue defendendo *A Grande Síntese* situando-a acima das doutrinas políticas existentes na Terra, reproduzindo o discurso da própria obra. Afirma que “Pietro Ubaldi, ou o gênio que o inspirou, não prega nenhum regime social; apenas destaca as forças cósmicas, biológicas e outras, em ação, para que os Estados saibam com que princípios defrontam, e se organizem adequadamente”. Para isso o articulista destacou passagens em que Ubaldi afirma que suas conclusões se prestam em realidade a enxertar formas de organização humanas já existentes, para fecundá-las e elevá-las, não partindo do “apriorismo de um ou outro partido político, para antepor e impor”, entendendo que uma verdade universal não pode ser conformada, restringida aos limites relativos “a um povo e a um momento da sua evolução” (O Reformador, set. 1944, p. 22-23).

Com esse tipo de discurso presente n’*A Grande Síntese* e chancelado pelo movimento espírita da época é que se colocava o conteúdo do livro para além de críticas, tal como se costuma fazer com “revelações religiosas”. Como verdade universal a obra certamente estaria imune aos ataques, despiando-se das “vestes ideológicas” com que os críticos poderiam querer “vestirem-na”. É assim que, dando um tom de verdades evidentes aos conceitos de Ubaldi, Branco vai relatando vários trechos da obra que criticam o mau uso do capital, caracterizando os problemas do capitalismo sem controle, como por exemplo: “Na minha ética, rouba todo aquele que por vias escusas, não importa se legais, acumula rapidamente [...] que, na ociosidade, vive de bens herdados; [...] que à sociedade não dá todo o rendimento da sua capacidade”. (O Reformador, set. 1944, p. 23)

O super-homem, chefe excepcional, é defendido na sua posse de poderes extraordinários em caráter temporário,⁸ bem como o modelo altamente hierarquizado de organização social apresentado n’*A Grande Síntese*, colocando as “aristocracias do pensamento e das grandes virtudes amadurecidas” distintas do entendimento

⁸ A citação recolhida de Ubaldi que corrobora essa ideia é a seguinte: “E com quanta madureza se poderá volver à democracia, quando a oligarquia haja concluído a sua função de formar a consciência de um povo!” (O Reformador, set. 1944, p. 23).

comum da “aristocracia dinheirosa e indolente de nascimento” (O Reformador, set. 1944, p. 23). Os traços do super-homem ubaldiano foram entendidos pelo articulista da *Folha da Manhã*, como sendo os de Hitler ou Mussolini, mas Branco contrapõe-se dizendo que esses “traços vigorosos [...] se adaptam perfeitamente às fortes personalidades de Stalin, de Roosevelt ou de Churchill”. Com toda essa série de argumentos, pretende-se deixar claro que “o livro de Pietro Ubaldi não prega nenhuma doutrina política especial; está muito acima dessas divisões que ensangüentam a pobre Humanidade”, justificando-se pela assertiva contida na sua obra de que “nenhum sistema político há sabido até agora justificar-se com uma filosofia científica que remontasse à gênese da matéria, da energia e da vida” (Reformador, set. 1944, p. 23). Assim como se colocava *A Grande Síntese* a salvo das contaminações ideológicas enquanto pensamento de base científica, sacralizava-se as ideias produzidas no seio do movimento espírita em relação à política e à “questão social”, com todas as discussões econômicas nela contidas. Religião⁹ e ciência sustentavam portanto a produção intelectual das lideranças espíritas de uma forma bastante rígida, petrificando e dificultando o próprio debate interno do movimento espírita.

Enfatizemos, porém, que as posições tomadas no debate público acerca de temas políticos não estão livres de fortes condicionantes conjunturais. O movimento espírita procurava manter-se a salvo de possíveis investidas do Estado, num contexto de cerrados conflitos com a Igreja Católica. É nesse sentido que situo o debate posto entre esses dois adversários no campo religioso em torno da “questão nacional”. Os espíritas eram acusados por seus adversários de serem subversivos ao projeto de nação que vinha se engendrando, em função do universalismo presente na Doutrina Espírita¹⁰ (SILVA, 2005, p. 108-109). Desse ponto de vista, os espíritas seriam refratários aos sentimentos nacionalistas e patrióticos, pois, na doutrina reencarnacionista, a tendência evolutiva do espírito é não ter o sentimento de pátria, no

⁹ Tomo de Bourdieu aqui a assertiva básica da sua sociologia da religião que vê sua função política na “alquimia ideológica” que a religião promove, revestindo “o que é produto humano (portanto uma criação arbitrária e relativa a seu tempo) com o caráter sagrado (inquestionável e perene)”, desempenhando assim “a função simbólica de conferir à ordem social um caráter transcendente e inquestionável” (OLIVEIRA *in* TEIXEIRA, 2003, p. 180).

¹⁰ Fábio Luiz da Silva relata que “durante a realização do I Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas, ocorrido no Rio de Janeiro em 1939, foi apresentado um estudo intitulado ‘*O Espiritismo e a ideia de Pátria*’, tema justificado pelo escritor espírita Deolindo Amorim em função do contexto da II Guerra Mundial, “com uma onda de nacionalismo e patriotismo muito forte e às vezes agressivo” que levava os adversários do Espiritismo a propalar, “com intenções ocultas, que os espíritas são ‘homens sem pátria’, porque adeptos de uma doutrina universalista, e outras e outras insinuações ferinas” (SILVA, 2005, p. 108-109).

sentido circunscrito à nação!¹¹ As respostas articuladas pelo movimento espírita foram massivamente convergentes para a refutação dessa tese nos seguintes termos:

Tudo parece indicar, pois, que o Espiritismo realizará a aspiração das religiões quanto à universalidade, e que nós espiritistas não estamos sendo vítimas de fantasia egocentrista.

Erraria, no entanto, quem supuzesse nessa universalidade o desaparecimento dos nacionalismos. As nações são, de certo modo, indivíduos colectivos, que não se podem fundir uns nos outros, que não tendem a perder sua personalidade peculiar.

A emulação internacional com que os esperantistas se esforçam por evidenciar ao mundo seus thesouros nacionaes, suas glorias históricas, suas bellezas litterarias e artisticas, já nos permite vislumbrar o que será o universalismo do futuro, dentro do qual o Espiritismo terá que desdobrar seus benéficos princípios. Os nacionalismos se tornarão pacíficos como os indivíduos de uma única nação, e canalizarão suas energias hoje desviadas em preparativos bellicos para uma emulação nas industrias, nas artes, nas sciencias, nos sports, isto é, á guerra de destruição succederá a guerra de construcção, mas não a paz ociosa, indifferente e contemplativa a que aspiram certas seitas religiosas.

O mundo em que o Espiritismo e o Esperanto são chamados a exercer sua influencia integral terá formas de guerra muito diferentes da actual, suas luctas serão directamente constructivas.

É essa a convicção que decorre do estudo e meditação demorada do mundo esperantista e do Espiritismo.

Ismael Gomes Braga (A Reencarnação, mar. 1938, p. 5)

Para além da questão do nacionalismo, estava em pauta também a atuação dos espíritas na política de um modo geral. Apesar da “permissão” concedida aos espíritas enquanto *indivíduos e cidadãos* de participarem como *votes* da política partidária, a neutralidade política do *movimento espírita* é defendida pela FEB¹² e corroborada pela FERGS (A Reencarnação, dez. 1949, p. 13). Mais ainda: baseando-se na autoridade das palavras de Emmanuel,¹³ aceito pelo movimento espírita como o espírito-guia do já consagrado médium Chico Xavier, recomenda-se que

¹¹ Ver questão 317 do Livro dos Espíritos, na qual se afirma que “para os espíritos elevados, a pátria é o universo; na Terra, a pátria está onde há mais pessoas que lhes inspirem simpatia” (KARDEC, 1999, p. 142).

¹² Fábio Luiz da Silva adianta algumas conclusões que irei expor ao longo do trabalho, como o entendimento de que “o discurso da neutralidade político-partidária foi estratégia eficaz naquele momento da história do país (Estado Novo), permitindo menor número de atritos com a máquina do Estado. Tal opção, porém, não isentou a FEB de ter e defender uma posição política” (SILVA, 2005, p. 112).

¹³ O articulista d’O Reformador interpretou a frase “Os espíritas podem colaborar na politica, entendendo sempre que a sua missão evangelizadora é muito mais delicada e muito mais nobre” e o texto de Emmanuel como querendo dizer que os espíritas *podem* colaborar na política no sentido de utilizarem o livre-arbítrio, porém enfatizando que isso não lhes convêm: “não se diz que <<devam>>, como o pretendem os que se sentem atraídos para os meios políticos” (O Reformador, set. 1937, p. 355-356). Duas coisas merecem ser destacadas: primeiro, a FEB parece ter sido ainda mais restritiva que Emmanuel na sua orientação aos espíritas quanto a participação na política; segundo, que havia espíritas defendendo a necessidade e a legitimidade dos espíritas atuarem no campo político-partidário, o que se deduz das próprias menções da FEB a isto em sua campanha de desmobilização política do movimento espírita.

os espíritas não atuem como candidatos políticos¹⁴ (O Reformador, set. 1937, p. 355-356). Uma síntese do posicionamento da FEB é publicada primeiramente n'O *Reformador* (O Reformador, out. 1937, p. 445-446) e logo após n'*A Reencarnação*. Em oito itens, basicamente se defende a liberdade cívica do voto político, a respeitabilidade geral das ideologias, ainda que todas efêmeras, quando não se apóiam em métodos violentos, devendo prevalecer sempre a fraternidade e por isso não sendo admitidas as atividades coletivas com caráter de partidarismo político já que essas levam ao fracionamento e à desarmonia. Fiando-se no caráter cristão do Espiritismo, este deve estar acima das lutas e competições partidárias, recomendando enfaticamente ainda que os espíritas não se candidatem politicamente, “limitando-se a deprecar a Deus luzes, paz e forças do Alto para aqueles que houverem de arcar com as responsabilidades de governo” e considerando desligadas do seu quadro federativo as sociedades adesas que preferam atuar politicamente (A *Reencarnação*, dez. 1937, p. 3-4).

Num artigo do espírito Emmanuel, psicografado por Francisco Xavier em 30 de Junho de 1937,¹⁵ uma série de ressalvas à participação dos espíritas no mundo político-partidário são feitas, ressaltando-se as diversas dificuldades que poderiam derrubar o seu idealismo. A lógica do discurso parece ser a de colocar embargos tão grandes que os resultados obtidos com a atuação dos espíritas no mundo político seriam muito menos proveitosos em comparação com a atuação na reforma moral dos homens, através dos ensinamentos evangélicos:

Esclarecido este [o homem], estará a sociedade reformada, pois bem sabemos que quasi todas as tentativas de renovação exterior, redundam sempre em tentativas inúteis e improfícuas quando não constituem em si mesmas, aquelle “tumulo caído”, que não é um symbolo morto. (A *Reencarnação*, nov. 1937, p. 9)

¹⁴ Ainda em 1945 percebe-se a vontade de muitos espíritas em formar um partido político espírita, interrogando a FEB quanto a sua opinião frente a essa ideia. Coerente com sua postura, a FEB “desaconselha qualquer movimento nesse sentido” (O Reformador, abr. 1945, p. 27-28) e ratifica sua orientação com as palavras de Emmanuel: “A missão da Doutrina é consolar e instruir, em Jesus, para que todos mobilizem as suas possibilidades divinas no caminho da vida. Trocá-la por um lugar no banquete dos Estados é inverter o valor dos ensinamentos, porque todas as organizações do mundo são passageiras em face da necessidade de renovação de todas as fórmulas do homem na lei do progresso universal, depreendendo-se daí que a verdadeira construção da felicidade geral só será efetiva com bases legítimas no espírito das criaturas” (O Reformador, out. 1945, p. 26). A mesma citação de Emmanuel reaparece num artigo intitulado *Espiritismo e política* por Djalma Farias, publicado n'O Reformador, em que o autor apelava para que os espíritas colaborassem, com patriotismo e sem paixões partidárias, para “a consolidação das instituições democráticas do país” (O Reformador, out. 1948, p. 17).

¹⁵ O artigo é publicado n'O *Reformador* (O Reformador, ago. 1937) e n'*A Reencarnação* (A *Reencarnação*, nov. 1937).

Deste modo, podemos perceber uma orientação conservadora para os rumos do Estado, já que seria inútil a tentativa de renovarem-se as instituições “exteriormente”. Com base na defesa da reforma moral (O Reformador, jan. 1938, p. 1-3), de cunho individual, chegando mesmo a ideia de uma revolução espiritual (“o mal não está na defeituosa organização social em que vivemos; esta é apenas a consequência do nosso atraso espiritual” (O Reformador, mai. 1938, p. 143-144)) desliza-se frequentemente para a deslegitimação das reformas exteriores, ou reformas institucionais. Num artigo intitulado “Instituições”, Álvaro Neves afirma que “em mãos de homens bons, todas as instituições darão bons frutos”, porém, exemplifica o reverso: “o Cristianismo em mãos de homens maus, tornou-se religião oficial e opressora”. Afirma então que

todos nós ansiamos por ver extintas várias instituições bárbaras dos nossos dias e por fundarmos outras, cuja falta sentimos; infelizmente, porém, sem a reforma íntima dos indivíduos, todas as reformas sociais são inúteis. Só homens bons terão instituições boas. Nossa luta tem que ser de educação, de reforma dos indivíduos. (O Reformador, set. 1945, p. 21).¹⁶

Por outro lado, uma espécie de alerta para os mais identificados com o clima nacionalista em voga destaca-se nas páginas d'*A Reencarnação*:

As mysticas nacionalistas têm a sua beleza estructural, como theorias de egualdade, mas ficarão no mundo mythologico, se continuarem desconhecendo os grandes princípios da solidariedade universal e da fraternidade e de amor da doutrina que representam. (A Reencarnação, nov. 1937, p. 9)

Este alerta é estendido a diversas tendências ideológicas da época, fazendo alusão às esquerdas com suas “prerrogativas de classes” e às direitas defensoras das “moedas dos bancos”:

Que os nossos irmãos, portanto, consultando suas próprias consciências, evitem a queda sob o chicote de novas ditaduras implacáveis que constituiram um retrocesso de mentalidade humana; acima de todas as cogitações, convém que saibam que lhes compete defender, não as moedas dos bancos, as prerrogativas das classes e as falsidades de certos princípios sociais, mas a luz do santuário, a claridade divina que lhes foram confiadas, afim de que o mundo não as perdesse, nesses tempos de desenfreado utilitarismo. (A Reencarnação, nov. 1937, p. 9).

¹⁶ Esta questão parece ter tratamento ao menos ligeiramente diverso na codificação da Doutrina Espírita. Na questão 914 do Livro dos Espíritos, por exemplo, Kardec formula seguinte pergunta e obtém a respectiva resposta: “Parece bem difícil extinguir inteiramente o egoísmo do coração do homem se ele estiver baseado no interesse pessoal; pode-se conseguir isso? R: À medida que os homens se esclarecem sobre as coisas espirituais, dão menos valor às materiais. É preciso reformar as instituições humanas que estimulam e mantêm o egoísmo. Isso depende da educação”. Educação e reforma institucional combinam-se, o que parece ficar mais claro em algumas linhas da resposta à questão 917: “Qual é o meio de destruir o egoísmo? R: [...] Que o princípio da caridade e da fraternidade seja a base das instituições sociais, das relações legais de povo para povo e de homem para homem, e o homem pensará menos em sua pessoa quando vir que outros pensam nisso; ele sofrerá a influência moralizadora do exemplo e do contato”. (KARDEC, 1999, p. 298-299).

Retomemos mais uma vez a pressão da conjuntura político-social sobre o movimento espírita. De algum modo os espíritas vinham sofrendo acusações “de que os seus núcleos se hajam constituído redutos de conspiração contra a ordem social” (O Reformador, fev. 1938, p. 33). Tais acusações pressionam o movimento espírita a se posicionar sob o signo da ordem. Num artigo publicado em fevereiro de 1938 n’O *Reformador*, Emmanuel insiste em defender não só a missão do Espiritismo de equilibrar e construir a harmonia social, como também o seu posicionamento claramente contra “o absurdo das teorias igualitárias em sentido absoluto”. O Espiritismo defenderia a solidariedade e a tolerância, porém baseando-se no mérito individual e na lógica da reencarnação, “demonstra a impossibilidade da igualdade irrestrita, no plano das aquisições de cada um, para a edificação de si mesmo” (O Reformador, fev. 1938, p. 33). Esse tipo de defesa traz a tona implicitamente a acusação de haverem espíritas comunistas, o que os levaria para a ilegalidade. Talvez por isso se enfatizasse tanto a recomendação de abstinência política aos espíritas, logrando assim uma garantia de sobrevivência institucional ante o Estado.¹⁷

Apesar do proclamado apartidarismo que deveria reinar nos ambientes espíritas, a relação do movimento espírita com a política estava longe de ser distanciada ou “neutra” (até porque, de todo modo, a “neutralidade” já seria um posicionamento político...). Em algumas instituições espíritas misturavam-se retratos de figuras representativas do cristianismo e do Espiritismo com recentes ícones da política brasileira. Assim podiam-se encontrar as imagens de Jesus e Kardec ao lado de Getúlio Vargas e Salgado Filho (MACHADO, 1954, p. 74, 110-111, 144). Esta relação política entre Espiritismo e Estado fica mais clara ainda ao observarmos que artigos tratando de orientação política e econômica para o Brasil eram escritos e publicados por espíritas n’A *Reencarnação*.

¹⁷ No artigo de Emmanuel supracitado mais uma vez se argumenta pela resignação dos espíritas frente ao mundo temporal, inclusive levando à abstenção de defender o Espiritismo frente à justiça terrestre, para isso se apoiando no exemplo de Jesus: “será justo que os espiritistas, gratuitamente acusados, saiam a campo pela estrada das reivindicações? Sob o ponto de vista humano, nas expressões sociais e políticas do mundo, semelhante iniciativa estaria certa; mas, sob o ponto de vista espiritual, entendemos que os cristãos sinceros não podem esperar a compreensão dos tempos que passam. [...] Requisitar o apoio da justiça do mundo para a garantia da verdade? Sabemos de sobra quão precária é a justiça da terra! [...] Mirem-se os espiritistas em Jesus. [...] Na epopéia gloriosa dos seus sofrimentos, poderia ter solicitado a garantia dos direitos humanos, poderia ter invocado a sua inocência, provocado a instauração de um processo em que ficasse assinalada a origem da calúnia que o conduziu aos julgamentos cegos da justiça do mundo. Entretanto, seus lábios se conservaram mudos. E foi da certeza de que a justiça, a justiça real, a verdadeira justiça não se encontra na Terra, do desprendimento das glórias humanas, da renúncia ao reino da iniquidade, da renúncia a tudo, que nasceu a luz misteriosa e infinita que iluminou o Golgota e atravessou os séculos, até aos nossos dias” (O Reformador, fev. 1938, p. 33-34). O comentador do artigo o toma como uma comprovação do acerto da FEB em sua postura oficial ante a política.

Num desses artigos, Emmanuel defende que a solução para o “caos das sociedades modernas” está no Evangelho. Critica o “nacional-socialismo de Adolf Hitler” pela sua “política do racismo”. Afirma também que “o comunismo russo, que se occulta na capa brilhante das sublimes theorias da fraternidade humana, é uma outra formula disfarçada de tyranicas autocracias” (A Reencarnação, jan. 1937, p. 4). Parece, com essa fala, reconhecer algum valor positivo no socialismo, porém crítica veementemente a prática política coordenada por Stalin:

O Komintern ou Internacional Comunista que abrange mais de cinquenta partidos, espalhados em todas as nações do orbe, obedece apenas á vontade pessoalíssima de Stalin: trabalhando as forças da França, desde alguns annos, conseguiu infiltrar-se nessa grande nação da latinidade e eis que a sua actuação recrudescer em todo o organismo politico europeu. (A Reencarnação, jan. 1937, p. 4).

Daí, segue criticando a “mística nacionalista” e o “fascismo” (aparentemente identificados como uma só coisa): “Doutrina anti-fraterna e anti-liberal o fascismo não poderá resolver o problema do equilíbrio do mundo, representando uma nova modalidade do poder absolutista” (A Reencarnação, jan. 1937, p. 4).

Explica que para se chegar à paz no mundo é preciso solucionar os desequilíbrios econômicos, “que requerem um systema administrativo apto a estabelecer a harmonia das classes entre si”. Essa harmonia viria com um “systema de governo que regule a distribuição do necessário”, evitando os desperdícios que ocorrem com a destruição de alimentos e outros produtos e os isolacionismos entre os países via “dispositivos injustos da balança do commercio internacional” (A Reencarnação, jan. 1937, p. 4-5). Reconhece, portanto, o absurdo do grau de desigualdades sociais a que se havia chegado:

O mundo nunca produziu tanto e com tamanha facilidade, como agora, em virtude da revolução industrial com o advento de todas as novidades da machina e nunca, como no ultimo decennio, houve tanta miséria, tanta pobreza de trabalho e tanta fome. (A Reencarnação, jan. 1937, p. 4).

Por outro lado, na obra paradigmática para o movimento espírita, *Brasil, coração do mundo, pátria do evangelho*, atribuída ao escritor Humberto de Campos, temos nas suas últimas páginas uma explicita defesa do capitalismo e repulsa pela “triste organização do homem econômico da filosofia marxista” (XAVIER, 1944, p. 172). O anticomunismo associado ao rechaço do totalitarismo, atingindo, em realidade, o “socialismo realmente existente” (por muitos não considerado socialismo), pode ser lido no jornal *Mundo Espírita*, dirigido por Lins de Vasconcelos e tendo como secretário Deolindo Amorim, no qual se afirma que

O comunismo é tão perigoso quanto o nazismo, o fascismo e o clericalismo romano. Como sistema tirânico de governar, não admite nada que lhe seja contrário. É o Estado Totalitário dirigido por um grupo de homens em nome do proletariado. O patrão de hoje é substituído pelo governo e o operário não tem nenhum direito de discordar. É o que ora acontece na Rússia Soviética. Não há liberdade de pensamento, nem de reunião, associação, etc. é um sistema incompatível com a tal cidade Estatal e os direitos do homem. (Mundo Espírita, 27 de ago. 1949, p. 4).

Vinicius¹⁸ (pseudônimo do proeminente espírita Pedro de Camargo), tomando uma citação do sociólogo Henry Berenger¹⁹, defende, em artigo publicado no *O Reformador*, como solução para os problemas da política internacional (com isso evitando-se a guerra), o livre comércio e a extinção das barreiras alfandegárias, posicionando-se assim contra toda a política econômica protecionista (O Reformador, set. 1937, p. 358).²⁰ Importante dizer que esse artigo aparece no mesmo número do *O Reformador* em que se recomenda aos espíritas que não atuem na política, indicando-nos a contradição presente no discurso oficial da FEB.

Em diversos momentos vem à tona um posicionamento claro de desqualificação de um amplo leque de doutrinas políticas, enfatizando-se o socialismo e o nazifascismo. Segue um exemplo desse tipo de enquadramento:

Os grandes ideais de ordem política e social só podem ser abraçados depois de assimilados pelas forças da consciência; e, para pô-los em prática, é necessário que essas forças se orientem por princípios doutrinários esclarecidos, e não por *sistemáticas doutrinas que nos advêm do passado, da cegueira dos cétricos, ou das místicas do modernismo contemporâneo*. (A Reencarnação, nov. 1940, p. 4-6; grifos meus).

A “cegueira dos cétricos” remete-nos ao materialismo histórico e ao socialismo marxista dele derivado, enquanto as “místicas do modernismo contemporâneo” parecem significar o fascismo e o nazismo. De forma vaga, diz-se que: “A prova evidente dessa insuficiência dos ideais socialistas, no domínio profano e

¹⁸ Vinicius, ou Pedro de Camargo, que chegou a atuar brevemente na política (como vereador em Piracicaba) foi uma das grandes lideranças espíritas da primeira metade do século XX. Como grande divulgador do Espiritismo, atuou na tribuna desde cedo, estando à frente de diversos programas de rádio. Foi presidente da União Federativa Espírita Paulista, conselheiro da Federação Espírita do Estado de São Paulo, delegado da FEB, diretor do jornal *O Semeador* e escritor de livros que exploravam o caráter evangélico do Espiritismo.

¹⁹ A citação é a seguinte: “A paz jamais será uma realidade no mundo, enquanto não se estabelecer o livre curso das moedas, dos produtos e das permutas de toda e qualquer atividade humana” (O Reformador, set. 1937, p. 358).

²⁰ O mesmo autor afirma, num artigo denominado “Justiça”, que “não é na igualdade da distribuição que está a justiça, como querem os simplistas. A justiça se manifesta no — dar a cada um o que lhe pertence — isto é, aquilo a que faz jus e tem direito. [...] Desfrutar direitos sem cumprir deveres é a velha utopia dos egoístas, donde tem resultado o caos em que o mundo se vem debatendo através dos séculos”. Esse tipo de argumento típico do liberalismo aparece ao longo do seu texto, defendendo novamente o fim “às barreiras alfandegárias, às célebres e malfadadas autarquias, que são a causa do encarecimento da vida e do pauperismo”, com isso “sucederia o livre curso dos produtos, a livre troca de utilidade de uma para outra região” (O Reformador, abr. 1938, p. 99-100).

religioso dos antigos, é que não puderam conseguir, até o presente, a solução satisfatória da questão social, no seu aspecto econômico, religioso e construtivo” (A Reencarnação, nov. 1940, p. 4-6).

A ênfase fundamental, ao explicarem-se os males da sociedade, recai no materialismo, pois esse fundamenta as doutrinas políticas que são assim homogeneizadas pelo caráter perverso do apego material. Nesse caso, os homens, por estarem presos à visão limitada do materialismo, preocupam-se mais com “a defesa da ordem material do que moral”: lutam pelos bens materiais e delícias efêmeras e, baseando-se em

teorias adotadas pelas velhas doutrinas políticas e religiosas, cada um quer diminuir o outro para salientar-se, e dessa competição nascem o fingimento, o despeito, a inveja, as intrigas, as traições, os ódios, os crimes, uma série de barbarismo que têm sido os fatores que conduzem às guerras.

[...] os legisladores e dirigentes dos povos, afastando-se desses dons espirituais e das leis paternas, têm-se limitado a estabelecer regimens que lhes possam proporcionar as grandezas de ordem material!...

Por causa desse egoísmo cruel e deshumano, vivem inquietos todos os povos, a clamar contra os infortúnios e as misérias, por efeito das injustiças sociais. (A Reencarnação, nov. 1940, p. 4-6).

Crítica às democracias e ao socialismo conjugam-se num artigo de 1949 intitulado “Igualdade de Direitos” publicado n’*O Reformador*. O autor, Sylvio Brito Soares, afirma o seguinte:

O grande erro dos regimens democráticos e com eles o princípio dominante nos sistemas socialistas avançados está precisamente na confusão dos conceitos em torno do SER HUMANO e do INDIVÍDUO. É fora de dúvida que os seres humanos são iguais, isto é, possuem as mesmas possibilidades de progresso. Ninguém pode avançar com o esforço alheio, cada um tem de construir, com as suas próprias mãos, o templo da sua felicidade. É verdade que o postulado da igualdade de direitos impressiona os menos avisados, mas que, bem pesado e medido, em sua substância, nenhum valor oferece ao nosso entendimento. (*O Reformador*, mar. 1949, p. 5).

Essas afirmativas chamam muita atenção por contrariar os postulados pela igualdade de direitos contidos no Livro dos Espíritos, no qual se diferencia a desigualdade de aptidões desenvolvidas de acordo com o tempo e a vontade dos espíritos e as desigualdades sociais, tendentes a desaparecer “juntamente com o predomínio do orgulho e do egoísmo” (KARDEC, 1999, p. 268-269). Exemplo disso é a clara defesa da igualdade de direitos entre homens e mulhe-

res²¹, entendendo-se que “todo privilégio concedido a um ou a outro é contrário à justiça” e que “a emancipação da mulher segue o progresso da civilização, sua subjugação marcha com a barbárie” (KARDEC, 1999, p. 271-272). Vê-se portanto a força das ideologias autoritárias e de forte valorização da hierarquização da sociedade (inclusive penetrando no direito), já que muitos espíritas acabam aderindo a essas ideias que dificilmente se ajustariam à moral da codificação espírita, de tendência liberal e repleta de valores típicos da Revolução Francesa, como a liberdade²², a igualdade²³ e a fraternidade²⁴.

Outro espírito²⁵ que se manifesta opinando sobre os rumos políticos e econômicos do Brasil é Torres Homem. Pugna pela associação entre as classes, entre o

²¹ O próprio articulista Sylvio Brito Soares resgata em alguns aspectos os direitos da mulher, colocando-a em pé de igualdade com o homem no seu “direito de pensar, de sentir e de opinar”, fazendo a crítica a toda tradição que reveste a mulher com o simbolismo do pecado. Entretanto, partindo do princípio de que há tarefas peculiares a serem desempenhadas por cada sexo, preserva a opinião hegemônica de que a ela estava destinada exclusivamente a missão de mãe, de responsável pelo lar e pela educação moral dos filhos. Interessante que o autor, que já havia apresentado tendências autoritárias, vem exaltar a Revolução Francesa: “A Revolução Francesa, é certo, cooperou para que a condição da mulher não fosse tão vil, mas a verdade é que essa emancipação que lhe foi outorgada ficou muito distanciada dos supremos ideais de justiça e de liberdade que deram causa a esse movimento revolucionário” (O Reformador, jun. 1950, p. 5).

²² Em outro momento, Sylvio Brito Soares vem derrubar o “mito da liberdade”, reduzindo-a a “liberdade de viver em paz com a sua própria consciência”. Seu discurso é de obediência às leis e regras sociais, afirmando que “é obedecendo que o homem conseguirá libertar-se de si mesmo” e que “à medida que a sociedade avança na senda do progresso, maiores são as restrições em torno da liberdade individual”. Arremata dizendo que “o homem só pode considerar-se livre enquanto viver em perfeita harmonia com o ritmo da vida social, porque, desde o instante em que ele interrompe esse ritmo, se torna passível de censura, terá de sujeitar-se às penas da lei” (O Reformador, fev. 1949, p. 17-18).

²³ Este entendimento está presente no artigo de Djalma Farias sobre o *Conceito de igualdade*: “A velha conquista da Revolução Francesa, que estabeleceu os direitos sagrados da pessoa humana, está ainda de pé: ‘todos são iguais perante a lei’. E essa conquista, por mais brutal que seja o despotismo, jamais será destruída. A desigualdade que notamos nas condições sociais é obra do próprio homem e não de Deus” (O Reformador, nov. 1948, p. 18).

²⁴ A esse respeito, ver texto de Allan Kardec intitulado *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, publicado em *Obras Póstumas* (KARDEC, 1998, p. 225-229). A recorrência do lema não pode esconder, é claro, as suas diversas apropriações, dentre as quais podemos dar o exemplo de uma fala de Emmanuel que procura mostrar “uma outra face” dos conceitos propalados pela revolução francesa: “Realmente, a Revolução Francesa, que inaugurou grandes movimentos libertários no Planeta, filiava-se, no fundo, às plataformas elevadas. Objetivava o término das administrações inconscientes, o fim da ociosidade consagrada, a extinção de prerrogativas delituosas, o reajustamento do governo e do sacerdócio, em nome da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Muitos dos patrocinadores da renovação acreditaram-se movidos pelo messianismo evangélico, no entanto, esqueceram-se de que *Jesus advogara a liberdade de obedecer a Deus contra o mal, a igualdade dos deveres para que o mérito marcasse a responsabilidade e a fraternidade verdadeira, dentro da qual, há mais alegria em dar que em receber*. Conspicua nos fundamentos, a Revolução, desbordando nos instintos sanguinários, em breve degenerou-se nas lutas napoleônicas, estabelecendo, no mundo, as guerras odiosas de povo a povo” (A Reencarnação, mai. 1948, p. 2; grifos meus).

²⁵ Para os fins desse trabalho apenas faço referência a “espíritos” em conformidade com o entendimento usual entre os espíritas, considerando-os entidades individuais desencarnadas que já habitaram corpos humanos e que podem se comunicar com o plano material através dos chamados *médiuns*. Assim o que vale aqui é o significado atribuído a essas entidades pelo movimento espírita, já que é através desse sentido particular do que seja “espírito” que posso compreender a sua presença no universo social dos espíritas – meu objeto de estudo.

capital e o trabalho, evocando ainda a vocação agrária do Brasil, dizendo deste que seria o celeiro espiritual e material do mundo. Em seu discurso fornece elementos capazes de “absolver” uma ditadura... Após caracterizar os brasileiros como “visceralmente pacifistas” afirma que estes “não fazem questão de muitas liberdades públicas” e arremata: “Antes do direito do voto é necessário que se julgue o direito de posse a uma consciência esclarecida para exercê-lo sabiamente” (A Reencarnação, mai. 1937, p. 2-3). O foco do seu discurso é a capacitação econômica do Brasil, de tal modo que as melhorias na qualidade de vida das populações têm por fim torná-las produtivas, deixando de constituírem-se como “zeros econômicos no computo de nossas possibilidades”. O fim último parece ser cumprir o destino grandioso do Brasil no concerto dos povos: fazer com que “a Terra Brasileira produza o suficiente para alimentar e vestir confortavelmente, não só aos seus filhos como aos filhos de todas as terras do planeta que as bandeiras isolaram uma das outras, operando o triste movimento da separatividade humana” (A Reencarnação, mai. 1937, p. 2-3). No plano político critica-se a atuação inescrupulosa e interesseira de grande parcela dos homens públicos do país, com

esse delírio demagógico que inflama os homens palavrosos de nossa política administrativa, autora de tratados, de octologos, de documentos, como se o país fosse um grande ajuntamento de regiões feudalistas, sob o império do caudilhismo dominador (A Reencarnação, mai. 1937, p. 2).

Define-se também contra os extremismos (seriam o fascismo e o comunismo?):

O país não necessita das correntes extremistas na direção nacional para que se opere o seu progresso econômico e social. Todo o extremismo é sintoma de decadência e de desorganização conduzindo aos desvios da força que arruinam o espírito construtivo de todas as gerações. (A Reencarnação, mai. 1937, p. 3)

Parece haver algum consenso entre os espíritas na condenação do nazifascismo e do comunismo, ou pelo menos do bolchevismo. Porém, cabe ressaltar que, em alguns momentos, a crítica ao capitalismo, na sua forma “selvagem”, toma relevo, defendendo-se por vezes um socialismo cristão²⁶ (O Refor-

²⁶ Eusínio Lavigne, político espírita e comunista (foi filiado ao PCB, tendo sido prefeito de Ilhéus, BA), expõe a possível conciliação entre Comunismo e Espiritismo num artigo chamado “Os espíritas e o Comunismo”, publicado na *Tribuna Popular* e transcrito n’*O Estado de Goiás* em 26 de dezembro de 1945 (SÁ, 1998, p. 6). Uma obra que não pude examinar, mas que tenho a referência de que haveria um pronunciamento positivo dado ao socialismo, do tipo cristão, pela palavra de Emmanuel, é o livro intitulado com o seu próprio nome *Emmanuel, Dissertações mediúnicas sobre importantes questões que preocupam a humanidade*, psicografado por Francisco Xavier e publicado pela FEB em 1938, o que contrastaria aparentemente, em princípio, com seu posicionamento em outros momentos, como no artigo *Na grande transição*, publicado n’*O Reformador*, onde diz que “advoga-se a ‘igualdade das oportunidades’ como fórmula ideal de socialismo cristão para as democracias; entretanto, partindo a [sic] premissa de pensadores evangélicos, urge compreender que essa igualdade de recursos já foi estabelecida pelo Governo Divino do Planeta” (O Reformador, jan. 1948, p. 3-4).

mador, nov. 1945, p. 19). Por outro lado, novamente afirmando que “sem a melhoria do homem, regendo os processos de trabalho, na intimidade do lar e do povo, é inútil a sistematização de reformas exteriores, impostas por revoluções e guerras destrutivas”, Emmanuel parece arrefecer a possibilidade de algum impulso revolucionário no seio espírita, pois em seguida assim se pronuncia:

Advoga-se a “igualdade das oportunidades” como fórmula ideal de socialismo cristão para as democracias; entretanto, partindo a premissa de pensadores evangélicos, urge compreender que essa igualdade de recursos já foi estabelecida pelo Governo Divino do Planeta. Admitido à experiência terrestre, o homem é bafejado por mil ensejos diferentes de aprender, evoluir, iluminar-se e engrandecer-se. Tão grande “talento” é dor que aprimora quanto o dinheiro que favorece. E a criatura que se revolta no sofrimento edificante, convertendo bênçãos em crimes, é tão perniciosa à obra do Senhor como aquela que se vale das facilidades econômicas para estender o domínio das trevas.

Eis porque o problema da harmonia espiritual nunca será resolvido por ordenações exteriores.

O homem cristianizado é a coluna viva da democracia futura em que o Reino da Ordem, na estrutura do Estado, não colidirá com o Reino de Deus, em construção na individualidade humana. (O Reformador, jan. 1948, p. 3-4).

A guerra é tema recorrente nos artigos veiculados n’*A Reencarnação*, colocando em pauta a questão do nacionalismo e do posicionamento cristão e espírita em face dos problemas contemporâneos. Ainda em 1937, quando a guerra aproximava-se e os nacionalismos recrudesciam, a linha dominante do discurso espírita era de veemente recusa à guerra, defendendo o pacifismo em contraposição ao egoísmo que gerara a militarização e os enfrentamentos violentos (A Reencarnação, fev. 1937, p. 1). Aponta-se as amplas vantagens da desmilitarização:²⁷

Já pensastes qual seria a felicidade de um povo que não precisasse gastar quantias fabulosas, como hoje todos gastam, em armamentos e misteres militares, mas que empregasse em obras uteis essas quantias? Quanto progresso, quanto conforto, quanta felicidade em pouco tempo proporcionariam aos povos, se empregadas na instrução, em obras de assistência social, estradas, lavoura, etc., as sommas hoje gastas na fementida defesa nacional? (A Reencarnação, fev. 1937, p. 1).

²⁷ Após o final da 2ª Guerra Mundial, Luiz Gomes da Silva retoma a bandeira da desmilitarização, dando um alerta para o espectro da guerra, já que “ontem, eram as ditaduras que, intransigentes, alegavam ser-lhes indispensável mais espaço vital; hoje, são algumas das nações vitoriosas as dominadas pelo mesmo espírito de conquista: querem, para a sua segurança, bases estratégicas em territórios que jamais lhes pertenceram”. Afirmando o caráter doentio dos “homens que conduziram as nações à guerra”, “obsidiados por Espíritos em afinidade com o seu atraso espiritual”, clama por uma campanha de desarmamento de todas as nações com a manutenção de uma polícia internacional, para evitar-se novas guerras, colocando esta tarefa como “um dos mais relevantes benefícios que os espíritas poderiam prestar à Humanidade”. E, veementemente, arremata: “É necessário agir enquanto é tempo, evitando que os homens, obcecados pelo egoísmo, preparem novas guerras entre as nações, com objetivo de acautelar seus interesses, tornando maiores suas fortunas. [...] Esperar que a paz seja implantada na Terra pelos que têm interesse em manter os homens e as nações em guerra, seria abdicarmos as nossas responsabilidades de cristãos” (O Reformador, nov. 1945, p. 14).

Enfim, o juízo absolutamente negativo da guerra, como “expressão máxima do egoísmo”, faz do continente americano²⁸ um privilegiado diante do “velho mundo”:

Miserável instituição humana a guerra! vergonhoso testemunho da animalidade dos homens que vêm governando o mundo!

Felizes de nós que nascemos na América pacifista, a terra bemditada da promessa: entoemos hosanas a Deus por essa graça, e, com testemunho do reconhecimento, cerremos fileiras em torno dos governos americanos que acabam de dar o mais bello exemplo de amor ao próximo, dando o primeiro passo no sentido do banimento do egoísmo colectivo, com o lançamento do alicerce da paz no novo Continente. (A Reencarnação, fev. 1937, p. 1-2).

Entretanto, o pacifismo cristão (e, por conseguinte, abraçado pelo Espiritismo) é revisado em função das demandas urgentes que a Segunda Guerra Mundial imprimiu no quadro geopolítico mundial. Deste modo, quando o Brasil sai da linha de neutralidade e vai a combate ao lado dos Aliados, os espíritas são inflados a não ficarem em “padrões de passividade”, o que diferiria de “padrões de pacifismo”. É Emmanuel, o reverenciado espírito protetor de Chico Xavier, que indica a necessidade de batalhar pela defesa do Brasil: “Eis que o Brasil, generoso e pacífico, foi convocado às lutas da defesa. Nesta hora grave recordemos a exortação confiante de Paulo. Fundemos círculos intercessores para cooperação ativa, junto às vanguardas vigilantes” (A Reencarnação, nov. 1942, p. 4-5).

Por outro lado, apesar de toda a “onda de autoritarismos” no mundo, com o decorrer da Segunda Guerra Mundial, parece que o valor da democracia²⁹ vai

²⁸ Em *A Caminho da Luz*, obra psicografada por Francisco Xavier em 21 de setembro de 1938, Emmanuel fala da decadência da Europa, perdendo para sempre a sua superioridade devido aos seus erros sociais e políticos, e da destinação da América a “receber o cetro da civilização e da cultura, na orientação dos povos do porvir” (O Reformador, dez. 1945, p. 17). Reafirma ainda essa ideia numa mensagem de 1947: “Grande América! Herdeira da Europa, dadivosa e flagelada, não permitas que a chuva de sangue e lágrimas desabe em vão sobre as tuas sementeiras de cristianismo! Recebe as responsabilidades da civilização, de alma voltada para Aquele que é o Fundamento dos Séculos...” (O Reformador, jan. 1948, p. 3-4).

²⁹ Em 1950 identifiquei o artigo que me parece ser o de maior apelo ao valor da democracia, no âmbito desse trabalho. A começar pelo título: *A divina democracia*. Escrito por Vinícius, que já defendia posições democrático-liberais, esse texto constrói a ideia de democracia como realidade suprema do universo, afirmando que o “o governo do Universo é democrático”, isto é, “que o Estado Universal é dirigido democraticamente” por Deus (onipotente, mas não prepotente) de um modo não arbitrário, através de “Leis sábias e imutáveis”, imprimindo à Vida “eterno ritmo evolutivo” e utilizando-se de cooperadores (encarnados e desencarnados, homens e anjos, “educando-se e cooperando na educação de terceiros [...] tornam-se mandatários e embaixadores de Deus cuja vontade executam, então, livre e espontaneamente, contribuindo, destarte, para o aprimoramento e esplendor de si mesmos e dos seus semelhantes”). Nessa democracia divina “não há favoritismos nem privilégios, sendo dado a cada um segundo suas obras e méritos”. Assim uma hierarquia espiritual fundada no mérito se estabelece, na qual os mais adiantados ajudam os menos evoluídos. Vinícius ressalta, fiel aos seus princípios liberais, que aí a “igualdade não tem sua expressão em níveis inexecutáveis porque contrários às condições naturais de evolução em que se encontram os indivíduos, mas sim na acessibilidade às posições mais altas e nas possibilidades de fazê-lo, postas ao alcance de todos, indistintamente”. Por fim, o autor torna mais clara a sua intenção de trazer um conhecimento que dialoga com a ciência acadêmica e com a política da Terra, se afirmando sobre ela: “Tal é, em síntese, a

ganhando aderência no movimento espírita, acompanhando o fluxo da opinião pública que deveria apoiar a luta dos Aliados pela civilização e pela democracia contra o nazi-fascismo.³⁰ Interessante, que isso leva até a um diagnóstico precipitado de que a Rússia viria a se tornar uma democracia, colocada em oposição ao comunismo (A Reencarnação, abr. 1942, p. 10-11).

A democracia está relacionada também à liberdade religiosa, exaltada como sendo um princípio fundamental da humanidade, sendo comemorada a incorporação desse princípio pelas Nações Unidas no final da 2ª Guerra como uma “proclamação eloquente da solidariedade universal de todos os homens” (O Reformador, ago. 1944, p. 13). Daí se faz a defesa do universalismo que deveria se sobrepor às divisões nacionais quando se tratasse de defender princípios humanos universais, sendo assim lícito ultrapassar a soberania das nações quando fosse necessário invadir um território para libertar seu povo da opressão. O pertencimento à nação se daria através do corpo, sendo necessário dar a ela tudo, “inclusive a vida, quando necessário”, porém como Espíritos, “já não pertencemos particularmente a um povo, a uma pátria, mas ao Universo inteiro, como criaturas de Deus, que somos”. Com essa consciência um princípio de solidariedade universal se estabeleceria, com o “reconhecimento de que não podemos ser felizes por meio do egoísmo, do isolamento nacional ou individual”, sendo que “a felicidade de uns não pode ser realizada em detrimento de outros” e com isso ficaria “reconhecido que toda forma de imperialismo, seja ele político, econômico, religioso, racial ou linguístico, tem que ser abolida para felicidade igualmente dos oprimidos e dos opressores” (O Reformador, ago. 1944, p. 13).

Como vimos, esse universalismo teria dado “munição” para os adversários dos espíritas lhes acusarem de não estarem comprometidos com a nação brasileira, justamente no delicado momento em que o Estado assumia a missão da construção da identidade nacional, juntamente com uma plêiade de intelectuais brasileiros. Já no período que pós-guerra, no final de 1948, quando da visita de

Constituição da Divina Democracia, vigente no reino dos céus, acerca do qual o Sociólogo da Galileia tantas referências faz em seu Evangelho” (O Reformador, set. 1950, p. 16).

³⁰ Num artigo chamado “A nova ordem do mundo”, em setembro de 1945, Alexandre Dias se expressa n’O *Reformador*, aplaudindo a vitória dos aliados (“o saudoso e querido Roosevelt, Stalin, Churchill”) e destacando o fim amargo de Mussolini, Hitler e Hirorito, com as conseqüentes libertações de diversos povos “escravizados ao jugo do mais forte”, como a Abissínia, a China, a Áustria, a Albânia e a Tchecoslováquia (O Reformador, set. 1945, p. 16).

Roosevelt³¹ ao Brasil, toma-se o discurso do presidente dos EUA sobre a interdependência das nações para ressaltar a interdependência mais profunda entre os espíritos revelada pela Doutrina Espírita. Fazendo uma crítica ao imperialismo, aproveita-se para recriminar aquelas nações que, motivadas pelo “egoísmo estreito, por um orgulho estulto”, agrediram outras nações sem levar em conta o princípio da interdependência:³² teriam aprendido a lição “muitas nações ‘soberanas’ que estão invadidas e governadas por outras em nossos dias” e “as grandes potências imperialistas que tiveram suas ilimitadas ambições esmagadas pela guerra.” (O Reformador, dez. 1948, p. 25).

É importante frisar portanto que há um outro alinhamento de ideias no movimento espírita que faz um contrabalanço à tríade nacionalismo, militarismo e autoritarismo, a saber: *universalismo*, *pacifismo* e *democracia*. Encontramos essa rede de valores mais claramente entre os espíritas esperantistas, que viam no esperanto³³ uma língua universal capaz de promover a paz e acelerar o processo de construção

³¹ Já não era a primeira vez que Roosevelt era citado elogiosamente no seio espírita. Em agosto de 1938 Luis Dantas, em plena ditadura varguista, parte de um discurso do “grande estadista americano” para dissertar em defesa da democracia — “a única forma de governo compatível com a dignidade humana —, sem apontar qualquer contradição no regime brasileiro (O Reformador, ago. 1938, p. 243). Pelo contrário, o Brasil encontrar-se-ia em situação de defesa ante os ataques externos antidemocráticos: “No momento atual, quando alguns Estados querem impor à força as suas ideologias liberticidas aos países verdadeiramente democráticos, as palavras do grande estadista americano são um grito de alerta, um sinal luminoso em meio das trevas que envolvem o mundo convulsionado. Nós, brasileiros, temos que zelar pela nossa pátria, que será, em breve, a *Pátria do Evangelho*, segundo as vozes que nos advertem do alto. Formemos barreira contra todas as doutrinas estranhas aos sentimentos cristãos, contra todas as doutrinas que se apoiam na força e tentam dominar pela força. Nós espiritistas brasileiros, temos que, na grande Pátria do Evangelho, velar pelo patrimônio que nos confiaram os mensageiros do alto” (O Reformador, ago. 1938, p. 243). Além do que já comentei, ressalto aqui a ênfase do autor em deixar claro que o zelo pela pátria não é só dever dos brasileiros e sim dos *espíritas brasileiros*, inspirando o sentimento patriótico no movimento espírita e trazendo-o para o campo das conturbações e lutas políticas, para defender a “bandeira do Evangelho do Cristo”.

³² A interdependência é objeto central num artigo d’O Reformador, em junho de 1944, exaltando-se o livro *Um mundo só* do político republicano e economista dos Estados Unidos, Wendell Willkie, por ocasião da publicação da sua terceira edição no Brasil. Nesse artigo há forte ênfase no anti-imperialismo: “O imperialismo político tem paralelamente os imperialismos econômico, religioso e lingüístico. Todos eles igualmente oprimem, humilham, engendram ódios e dificultam ou impossibilitam a colaboração universal dos povos”. Aproveita-se então para fazer a defesa do esperanto como “um instrumento mundial do pensamento”, pois “não bastam as línguas nacionais tintas de racismo, partidarismo regionalista” (O Reformador, jun. 1944, p. 22-23).

³³ O Esperanto é uma língua planejada construída para tornar-se uma língua franca internacional para toda a população mundial, sem substituir as outras já existentes. Seu iniciador foi Ludwik Lejzer Zamenhof, que publicou o primeiro livro sobre nova língua em 1887, o *Unua Libro*. No Brasil difundiu-se fortemente através do movimento espírita, tendo como precursor o médium Francisco Valdomiro Lorenz, imigrante de origem checa residente no Rio Grande do Sul. Sobre a relação do esperanto com a paz universal, ver o artigo de Luiz de Almeida *O esperanto e a reeducação para a paz* publicado n’O Reformador de abril de 1945 (O Reformador, abr. 1945, p. 15-16), transcrito d’O Estado de São Paulo de 23 de março do mesmo ano. Importante observar a sensível consciência antiimperialista dos espíritas esperantistas em geral, entendendo como línguas imperialistas aquelas que se impunham pelos países vencedores da 2ª Guerra Mundial sobre os vencidos no trato com as autoridades de ocupação, caso do inglês, francês e russo sobre países derrotados, como Japão e Alemanha (O Reformador, dez. 1950, p. 22).

da fraternidade universal proclamada pelo Espiritismo (O Reformador, dez. 1938, p. 24-25, out. 1945, p. 17, dez. 1945, p. 17-18, jul. 1949, p. 28 e ago. 1949, p. 26-27). Defender o esperanto no movimento espírita significava também o ideal de um Espiritismo unificado mundialmente, ultrapassando as barreiras nacionais: “O triunfo do Esperanto será igualmente a vitória do Espiritismo, porque ligará os diversos movimentos espíritas nacionais num único movimento mundial” (O Reformador, jan. 1948, p. 19). O contexto da ditadura varguista, entretanto, não era propício para exclamarem-se enfaticamente tais ideais. Apesar da grande variabilidade discursiva do movimento espírita, onde conviviam posturas democráticas e autoritárias, nacionalistas e universalistas, defendendo ou um capitalismo “domesticado” por uma moral elevada ou um socialismo cristão bastante difuso e raramente colocado, temos um seletor conjuntural dessa miríade de posições que define as possibilidades de ênfase e os limites da palavra pronunciada publicamente.

Na passagem para o Estado Novo, em que Vargas utiliza-se do pretexto da “ameaça comunista” para instaurar a sua ditadura, a FERGS, prudentemente³⁴, posiciona-se ao lado do governo, mantendo-se tranqüilamente na legalidade. Decretado o Estado de Guerra no Brasil, em outubro de 1937, a FERGS emite então uma circular para as sociedades espíritas do Rio Grande do Sul, na qual as conclama a não realizar assembléias gerais nem conferências públicas sem a permissão do General Comandante da 3ª Região Militar em razão da suspensão do direito de reunião posta com o estado de guerra, mantendo-se porém as demais práticas doutrinárias garantidas constitucionalmente pela liberdade de culto, “desde que esse não contrarie a moral e os bons costumes”. A questão da participação política vem à tona com alguma ambigüidade, pois a FERGS recomenda “o máximo espírito de colaboração com os Poderes Públicos, quando estes estão empenhados em reprimir ideias doutrinárias que ameaçam destruir a civilização Christã” ainda que ela “não deva intervir em assumptos políticos”, justificando o seu chamamento ao dever de cidadãos “na defesa da ordem publica tão necessária á vida e ao desenvolvimento do Brasil” pela “hora grave que vive o Paiz”. Ou seja, abre-se uma espécie de exceção à neutralidade política, fazendo apelo ao dever cívico, patriótico e cristão, reproduzindo o discurso oficial do Governo que “denunciava” de forma alarmista o avanço do comu-

³⁴ O sentido de prudência é reforçado pela expressão de “zelo” da FERGS com as “coletividades espíritas”: “A Federação Espírita do Rio Grande do Sul, no sentido de orientar e zelar pelo bem estar das coletividades espíritas, neste Estado, entendeu-se com as altas auctoridades no sentido de acautelar os interesses das mesmas, dentro das possibilidades de cada uma.” (A Reencarnação, fev. 1938, p. 7).

nismo capaz de “destruir a civilização Christã” e deixando bem claro (evitando assim qualquer constrangimento ou perseguição legal) que “só admite o aperfeiçoamento moral da humanidade dentro das rígidas normas do puro Christianismo”. Aproveita-se ainda a ocasião para pressionar as sociedades espíritas a registrarem seus estatutos, constituindo personalidade jurídica e efetuando sua filiação à FERGS, “cuja autoridade e prestígio moral são reconhecidos e acatados pelos mandatários da lei.” (A Reencarnação, nov. 1937, p. 8).

Esse alinhamento com o Estado,³⁵ reafirmando o caráter nacional das instituições espíritas brasileiras, entre as quais se inclui a FERGS, verifica-se reiteradamente, nos indicando que de fato o movimento espírita sentia a necessidade de se posicionar claramente para legitimar-se. Em momentos críticos da Segunda Guerra Mundial, como quando o litoral brasileiro é ameaçado pelos alemães, a FERGS pronuncia-se dando apoio inequívoco ao governo para “consolidar a Nova Ordem Brasileira”, fazendo referência à predestinação da “Pátria do Evangelho” e enfatizando o respeito aos governos constituídos, “prestigiando os bem intencionados”. Reproduz ainda, “para dispensar esclarecimentos”, o seguinte telegrama enviado a Getúlio Vargas e ao Interventor Federal do Rio Grande do Sul, pelo qual reafirma o caráter “genuinamente nacional” da FERGS:

Aos Exmos. Snrs.
Dr. Getulio Vargas
Digníssimo Presidente da República
General Osvaldo Cordeiro de Farias
Ilustre Interventor Federal do Estado.
Conselho Deliberativo Federação Espirita Rio Grande do Sul vg entidade genuinamente nacional vg votou vg unanimidade vg moção solidariedade País vg momento sua soberania injustamente agredida pt Federação pede venia transmitir vossencia vg palavras iluminadas espírito Emmanuel: Peçamos a Deus que inspire os homens públicos vg atualmente no leme da Pátria do Cruzeiro e que vg nesta hora amarga em que se verifica a inversão de quasi todos os valores morais vg no seio das oficinas humanas vg saibam eles colocar muito alto a magnitude dos seus precípuos deveres pt
Respeitosas saudações
Coronel Felisberto do Amaral Peixoto
Vice-Presidente (A Reencarnação, set. 1942, p. 2).

Em suma, tomando como referência a FERGS e a FEB podemos afirmar que, em boa medida, o movimento espírita brasileiro “encaixou-se” à ordem vigente no

³⁵ Um indício curioso de que o alinhamento dos espíritas poderia ser não só com o Estado, mas com a própria pessoa do Getúlio Vargas, é um boato produzido na época do movimento queremista, que insistia na permanência de Vargas no poder após o anúncio das eleições que poriam fim ao Estado Novo em 1945. O boato dizia que em vários centros espíritas dos subúrbios cariocas “algumas personalidades históricas se manifestavam” mediunicamente em favor de Vargas, destacando-se Pedro I e Pinheiro Machado, “o imperador do Fico” e o “caudilho dos pampas” (GOMES *in* SCHWARCZ, 1998, p. 531).

Brasil, pendulando a ênfase em determinadas interpretações doutrinárias de acordo com o peso da conjuntura (colocada principalmente pelo Estado, pela disputa com a Igreja Católica e pelo contexto internacional): ora desvalorizando, ora valorizando a democracia e adaptando um discurso patriótico ao universalismo da Doutrina Espírita. A questão do sistema sócio-econômico colocada pelo embate entre capitalismo e socialismo é resolvida geralmente por uma moderação moralizadora do regime capitalista, com raras exceções de um pendor para o socialismo cristão, de caráter mais reformista e certamente não-violento. A ordem é um valor bastante permanente, permeando diversos discursos, ligando-se comumente à ideia de harmonia que, em termos de proposta política, se dá na defesa da harmonia entre capital e trabalho. Todo esse *posicionamento* contraria obviamente a pronunciada neutralidade política das instituições espíritas, já que vimos que essas posições eram defendidas através dos seus órgãos de imprensa, muitas vezes por representantes das federativas, no caso examinado, a FERGS e a FEB. Dizer-se isento de posições políticas, entretanto, permitia um reforço oficializante dos discursos dos espíritas capaz de estabilizar opiniões de forma sacralizada sem abertura para o debate. E ainda, por outro lado, construía-se uma cobertura a qualquer eventual instabilidade política que pudesse causar disputas internas ao movimento espírita e intervenções externas do Estado, já que, sendo politicamente neutro, os espíritas poderiam, mais facilmente, se acomodar estrategicamente a diversos regimes.

Fontes Primárias

Periódicos:

Semanário Mundo Espírita

Revista *O Reformador* – 1937-1951 (Órgão oficial da FEB)

Revista *A Reencarnação* – 1937-1951 e dezembro de 1971 (Órgão oficial da FERGS)

Livros:

UBALDI, Pietro. *A grande síntese*. s/d: 1937.

XAVIER, Francisco C. *Brasil coração do mundo pátria do evangelho*. Rio de Janeiro: FEB, 1944 (1938).

Bibliografia

KARDEC, Allan. *O que é o espiritismo*. Trad. Wallace Leal V. Rodrigues. 1ª edição (Bolso), São Paulo: LAKE, 1998.

_____. *O livro dos espíritos*. Trad. Renata Barboza da Silva e Simone T. Nakamura Bele da Silva. São Paulo: Petit, 1999.

LEWGOY, Bernardo. *O grande mediador*. Chico Xavier e a cultura brasileira. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MACHADO, Leopoldo. *A caravana da fraternidade*. Editora do Lar de Jesus, 1954.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/Producao_intelectual/fotos/lancamentos/Destaque_LivroEstadoNovo.htm

SÁ, Eliane Garcindo de. *Intervenções religiosas e prática política*. Comunicação apresentada no VIII Encontro Regional de História - ANPUH-RJ, em 1998. Disponível em: www.rj.anpuh.org/Anais/1998/autor/Eliane%20Garcindo%20de%20Sa.doc

SCHWARCZ, Lilia M. (org.). *História da vida privada no Brasil, v. 4: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Fábio Luiz da. *Espiritismo: história e poder (1938-1949)*. Londrina: Eduel, 2005.

TEIXEIRA, Faustino (org.). *Sociologia da religião: enfoques teóricos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

Fonte: *Debates do NER*, Porto Alegre-RS, ano 10, nº 15, p. 39-70, jan/jun 2009. Periódico do Núcleo de Estudos da Religião (NER), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sinuê Neckel Miguel, bacharel em História pela UFRGS, mestrando em História pela Unicamp, pesquisa a história do movimento espírita brasileiro, tendo publicado artigos sobre o tema. Atuou como evangelizador infante-juvenil e com a juventude espírita através do Grupo de Programação Juvenil (GPJ) - União Distrital Espírita (UDE) Partenon, de Porto Alegre-RS. Foi um dos idealizadores do GPDHE (Grupo de Pesquisa e Documentação Histórica sobre Espiritismo), no Rio Grande do Sul. Atualmente participa ativamente do NEUU (Núcleo Espírita Universitário da Unicamp).

E-mail: sinueneo@gmail.com